

Editorial

Uma vez mais a Revista *Psicologia: Teoria e Prática* apresenta um novo fascículo de relatos científicos à comunidade. O número que publicamos, de maneira peculiar, traz duas seções: uma trata de artigos direcionados à área de saúde, à área escolar e à área de atuação do psicólogo em Tribunais de Justiça e a outra seção traz artigos sobre a Psicologia Jurídica.

Cada um dos autores trabalhou na difícil missão de mostrar resultados de pesquisa da maneira mais objetiva possível. Os artigos que publicamos contêm diferentes prioridades de ordem social que contextualizam algumas das políticas atuais de pesquisa do Brasil. Recomendamos ao nosso leitor todos os trabalhos publicados.

Na primeira parte da revista, dois dos estudos abordam o tema da saúde no Brasil. Trata-se do trabalho de Giacomozzi e Camargo, da Universidade Federal de Santa Catarina, e do artigo de Oliveira e Sisto, da Universidade do Vale do Sapucaí, em Minas Gerais e da Universidade de São Francisco, em São Paulo, respectivamente. Um outro estudo sobre a área escolar da autoria de Formiga apresenta uma pesquisa que avalia a relação que pode existir entre a orientação cultural e alguns indicadores de rendimento escolar na Paraíba. Finalmente, o trabalho de Santos e Costa, da Universidade Católica de Brasília, mostra a atuação do psicólogo em Tribunais de Justiça, intervindo em um grave problema social que é a violência conjugal e familiar.

Na segunda parte da revista o leitor poderá apropriar-se de um conjunto de estudos que pertencem à pesquisa em Psicologia Jurídica. Em dezembro de 2003, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo dedicou algumas das páginas do jornal à valorização deste campo de investigação e de atuação do psicólogo e outras profissões afins. Neste artigo, Fátima França, presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, explica ao público leitor as diferenças entre as diversas áreas de aplicação da Psicologia Jurídica, citando a Psicologia Criminal, a Psicologia Penitenciária, a Psicologia Jurídica e o Direito de Família, a Psicologia Jurídica e Questões da Infância e Juventude e a Autopsia Psicológica, entre outras.

Neste novo fascículo apresentamos alguns estudos que mostram todo um trabalho que, entre a Psicologia e o Direito, tem se consolidado no Brasil. A pesquisa de França focaliza a Psicologia Jurídica no Brasil e discute a relação desta área com o Direito em diversas facetas de aplicação. O trabalho de Cezar-Ferreira discute o uso do método qualitativo em pesquisa clínica e sua aplicação no trabalho na Vara da Família.

Os dois últimos trabalhos podem ser classificados como pesquisas da Psicologia Jurídica e Direito de Família. O estudo de Aldrighi apresenta um resultado parcial proveniente de um estudo intercultural sobre violência no namoro em estudantes universitários da cidade de São Paulo. E, por fim, o artigo de Coelho discute um modelo de atendimento proveniente de um estágio de alunos universitários que atendeu mulheres vítimas de maus tratos que estavam recolhidas em casas-abrigos.

Editora Acadêmica